

TRAJETÓRIA DE LUTA: ORGANIZAÇÃO DAS PAUTAS DAS MULHERES NO MST

Ohana de Alencar Pageú¹

RESUMO: A organização e participação das mulheres no movimento social no campo brasileiro estão ligadas a uma série de processos sociais, econômicos e culturais que tiveram um poder decisivo sobre a sua forma de organização e suas pautas específicas. Em um contexto de modernização conservadora, na segunda metade do século XX, com uma reestruturação territorial excludente que modificou as relações de trabalho no campo e aprofundou a concentração fundiária e exploração, tivemos uma reorganização do movimento social com a criação do MST e o surgimento de novos sujeitos nos espaços políticos de forma organizada: as mulheres. A incorporação de suas pautas específica no MST é uma trajetória de luta pela desconstrução das relações desiguais de sexo/gênero, que naturaliza e divide os lugares de trabalho entre a esfera privada (ambiente doméstico) e pública (trabalho produtivo e ambiente político); em paralelo, a luta contra a estrutura fundiária excludente. Nesse sentido, buscou-se analisar as disputas políticas no âmbito interno do movimento, pela construção dos espaços autônomos de mulheres. E no âmbito externo da política, contra o modelo produtivo e de relações sociais. Localizando, assim, a trajetória de luta pela incorporação das pautas das mulheres no MST e a importância dessa incorporação para a construção da luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, por um projeto de reforma agrária.

Palavras-Chave: Mulheres, MST, Espaço político, Reforma agrária.

ABSTRACT: The organization and participation of women in the social movement in the Brazilian countryside are linked to a series of social, economic and cultural processes that have had decisive power over their organization and specific patterns. In a context of conservative modernization in the second half of the twentieth century, with an exclusive territorial restructuring that changed labor relations in the field and deepened the concentration of land ownership and exploitation, we had a reorganization of the social movement with the creation of the MST and the emergence of new subjects in organized political spaces: women. The incorporation of its guidelines specify the MST is a history of struggle for deconstruction of unequal relations of sex / gender, that naturalizes and divides the workplace between the private sphere (domestic environment) and public (productive work and political environment); in parallel, the fight against the excluding land structure. In this sense, we sought to analyze the political disputes within the internal movement, for the construction of the autonomous spaces of women. And in the external sphere of politics, against the productive model and social relations. Thus, the trajectory of struggle for the incorporation of the women's guidelines in the MST and the importance of this incorporation for the construction of the collective struggle of the workers for an agrarian reform project.

Keywords: Women, MST, Political space, Land reform.

¹ Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

A literatura produzida pelas áreas de conhecimento das Ciências Sociais, em especial pela Geografia, sobre a questão agrária brasileira nos traz contribuições de máxima importância para entendermos os processos formadores do campo, suas relações de trabalho, sua estrutura, relações culturais e tudo que diz respeito ao meio rural e sua complexidade. Dentre as possibilidades de estudos, uma obteve grande destaque posterior aos anos de 1970: as produções que debatem o movimento social rural, diante da aparição de novos conflitos, sujeitos e formas de organização de trabalhadores, compreendendo que “a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modo de viver e enfrentá-la” GRZYBOWSKI (1987, p. 17).

Os espaços de disputa política no campo brasileiro tornam-se cada vez mais diversos e plurais ao passo que o capitalismo se desenvolve no campo. Esse processo se materializa em grandes disputas espaciais, onde vemos o avanço do agronegócio, a resistência e reinvenções dos movimentos sociais e incorporação de novas demandas sociais que representa a multiplicidade dos sujeitos sociais, como as pautas das mulheres.

Uma face dessa multiplicidade é o aumento constante de mulheres nos espaços de organização política e de enfrentamento. Por isso, localizar a discussão de gênero no espaço agrário surge como uma necessidade real, de modo que se busque abarcar a realidade o mais próximo possível.

Na roça, na cozinha, na assembleia, no acampamento, no enfrentamento com a polícia, no tratar dos filhos doentes, na conversa no terreiro, no cuidado com a horta, todos esses momentos, espaços e lugares fazem parte da construção do trabalhador e da trabalhadora rural. Há uma relação indissociável entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho, pois “no seio da formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social dos seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma a outra” (ROSSINI, 1998, p.8). Estes são o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo.

Nesse cenário, as mulheres e os homens não se localizam em pé de igualdade, temos uma divisão sexual do trabalho, que se institui na unidade familiar patriarcal, relega para a mulher o desenvolvimento do trabalho no âmbito da reprodução social da família, preparo do alimento, educação das crianças para o trabalho, cuidados de saúde, garantia do mínimo de bem-estar, etc. Esse trabalho é o responsável pela garantia da reprodução da força de trabalho que desenvolve a produção de bens.

Invisibilizada, sujeita a uma subalternidade em relação aos homens e historicamente construída sob o patriarcalismo, as mulheres que lutaram e lutam pela terra

enfrentam as barreiras de não serem consideradas sujeitos políticos pensantes, de modo que em geral o seu pensar é interpretado como sendo derivado das opiniões políticas do seu marido. Essa realidade encontra-se presente e com forte peso nos movimentos sociais, no sindicalismo e em todas as organizações de trabalhadores e trabalhadoras.

Para tanto, essa realidade não exclui o trabalho das mulheres na construção da luta pela terra. Veremos que, na luta contra o machismo, o Estado e o capital, a força das mulheres tornou-se necessária para garantir a força política dos movimentos.

Criação de Espaços Políticos

No final dos anos 1970, por volta de 1978, período ainda da Ditadura Militar, há uma grande reorganização e tentativa de unificação de movimentos sociais, partidos políticos, novo sindicalismo², em torno de uma pauta elementar, o direito de reivindicar seus direitos.

A situação econômica e social do Brasil durante o período supramencionado, com uma estrutura fundiária cada vez mais concentrada, a partir do processo de reestruturação produtiva do campo, conhecido como modernização conservadora³, levou os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a se forjarem em diversas relações de trabalho para garantir o pão de cada dia. Esses trabalhadores e trabalhadoras compõem diversos setores assalariados, semi-assalariados, boias-frias, meeiros, além de ser composta por sujeitos sociais heterogêneos: mulheres, negros e LGBTQI (parte do movimento mais contemporânea). Sendo assim, as suas reivindicações imediatas partem de realidades materiais e políticas distintas.

²O termo Novo Sindicalismo, refere-se a um período de junção de forças sociais, na redemocratização brasileira, que atuou no sindicalismo brasileiro. A partir de novas organizações que surgiram para orientar conjuntamente os sindicatos, a nível nacional. Nesse sentido temos a fundação de instituições paralelas ao sindicato – estrutura do Estado – como as Centrais Sindicais que unificam suas pautas políticas, sob as influências de vários setores da sociedade. A exemplo temos a principal central sindical que foi formada, a CUT. Esta se formou sob influência de partidos de esquerda, de uma ala progressista da igreja, norteadas pela Teologia da Libertação e aproximação com os movimentos populares. Portanto os Sindicatos passam por uma mudança de atuação social na política brasileira, deixa de ter pautas meramente específicas e passa a lutar por pautas unificadas da classe trabalhadora. Para maior aprofundamento sobre a temática ver: Boito Jr. (1991), França (2013)

³ O desenvolvimento e a modernização produtiva baseiam-se na organização e divisão do território e suas funções na produção e na mão de obra assalariada. “O processo pelo qual o capitalismo se expande no país passa necessariamente pelo domínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e pelo predomínio do trabalho familiar, camponês, portanto, nas pequenas propriedades ou pequenas unidades de produção” (OLIVEIRA, 1997, p. 25).

Esse conflito produz novas realidades que obrigam as mulheres a romperem os seus locais “pré-determinados” ligados aos afazeres domésticos e as colocam no âmbito público do trabalho em busca de renda, o trabalho remunerado⁴.

A agroindústria, potencializada pela adoção do agronegócio como modelo, não acabou com as desigualdades socioespaciais no campo, ao contrário, recriam relações pré-capitalistas de trabalho, utilizando-as para obter o máximo de exploração da qual a sua exploração está diretamente ligada à produção familiar. Esse processo de aumento da diversidade das relações de trabalho com a modernização produtiva traz mudanças quanto ao trabalho desenvolvido pelas mulheres. Vejamos na passagem a baixo:

“Enquanto os homens representam 39,3% do total de empregados masculinos na agricultura, as mulheres participam com 32,5% dos contingentes femininos nesta categoria. Dentre os agricultores, 45,2% são trabalhadores autônomos, enquanto apenas 26,6% das mulheres estão neste caso. A proporção de homens empregadores é de 3,2%, ao passo que tão-somente 1,0% das mulheres estão neste caso. A maior disparidade, todavia, se situa na categoria dos trabalhadores não remunerados. Dentre os homens os membros não remunerados da família significam somente 13,2%, enquanto esta cifra alcança, dentre as mulheres, 39,7%. Este dado é suficiente para que se conclua sobre o enorme significado do aporte feminino na economia familiar da zona rural” (SAFFIOTTI, 1983, p. 69).

Essa mudança, quanto ao papel desempenhado pela mulher em localizar-se com maior força no trabalho produtivo, se dá pela necessidade material de sobrevivência, da qual o status do homem como o único provedor familiar⁵ decai frente à exploração de classes e suas necessidades de sobrevivência, porém a tomada da responsabilidade dos homens nas tarefas domésticas não acompanha o trânsito das mulheres nos espaços públicos, tendo assim um acúmulo no trabalho para elas.

As relações de opressão e dominação de gênero determinam o modo e a escala nos quais a carga de trabalho será distribuída, dando lugar a uma divisão desigual: mulheres trabalham mais, enquanto homens trabalham menos, mas não há nenhuma apropriação do “excedente” (ARRUZA, 2015, p.42).

⁴Segundo Harvey, esse aumento se deu pelo crescimento populacional, além de haver um incremento de uma parcela socialmente excluída do trabalho produtivo, as mulheres, “o proletariado alcança hoje números inéditos. Mas passou por uma radical feminização, além de ter se tornado geograficamente disperso, culturalmente heterogêneo” (2015, p. 93).

⁵“No sistema capitalista imperialista vemos que a família e a localização das mulheres na produção dançam ao compasso das necessidades e possibilidades dos capitalistas, aproveitando sempre o fato de que são oprimidas. Este processo sempre acompanhado, de maneira complexa, com toda uma superestrutura legal que consagra o casal, a desigualdade a mulher, a ilegitimidade dos filhos por fora do matrimônio, ainda que com profundas diferenças de país para país.” (CARMEN e PETIT, 2012, p.76)

O peso dessa participação feminina no trabalho produtivo interfere diretamente nos espaços políticos que são construídos, a partir das relações conflituosas de classe, mesmo que sob percepções de exploração distintas ou diferenciadas.

A participação das mulheres nos movimentos sociais não se dá da mesma forma que os homens. Suas experiências e seus incômodos sociais são determinados pelo espaço social ao qual são submetidas. Como atesta Thompson (2009, p. 139):

(...) experiência é um termo médio necessário entre o ser social e consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor a cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência do modo de produção que exerce uma pressão determinante sobre outras atividades; e é pela prática que a produção é mantida.

O trabalho desenvolvido pelas mulheres, reconhecido ou não, remunerado ou não, pelo conjunto da sociedade, exerce uma pressão sobre a percepção da mulher sobre si e a realidade. Assim, a realidade econômica e social, que levou as mulheres ao espaço produtivo, trouxe a possibilidade de novas formas de pensamento e de compreensão acerca do lugar da mulher. Segundo SILVA (1994, p. 159) “A compreensão do papel da mulher na reprodução do grupo social ao qual pertence requer a análise tanto da sua atuação na produção e reprodução da força de trabalho como reprodução social e cultural da unidade familiar”.

O trânsito da mulher ao trabalho não se limita aí, pois o processo educacional e de pensar novas formas de lugares sociais é refletido e gera o movimento de entrada das mulheres em contato com os ambientes políticos, das assembleias, das organizações de base. Assim, as experiências e o processo formador desenvolvido pelas organizações (CPT, CEB's, MST, PCB, PT, CUT, etc.) possuem um papel determinante na superação de algumas barreiras impostas pelo machismo, para estas permanecerem nos espaços de luta.

Esse processo não implica numa ruptura completa com a ideologia que naturaliza o ambiente doméstico, como um ambiente feminino. A necessidade material é a força motriz determinante sobre a entrada dessas mulheres no trabalho produtivo. O que leva a maior parte das mulheres trabalhadoras a transitar nesses espaços ditos masculinos é a necessidade objetiva de reproduzir a família, em sua grande maioria, a prioridade é se alimentar.

A reorganização dos movimentos sociais e sindicais, no final dos anos de 1970, se dá nessa nova realidade, aonde trouxe novas formas de luta que buscavam

responder às necessidades desses trabalhadores e trabalhadoras na fase política em que o país então se encontrava. A luta no campo já havia passado por uma disputa encarniçada em torno da aprovação do Estatuto da Terra (1964) e o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)⁶. Enfrentamentos diretos com pistoleiros a mando de coronéis⁷ e as mortes no campo eram fatos corriqueiros devido à forte ofensiva que os governos militares aplicavam a qualquer um que resistisse as suas “leis”. O campo brasileiro não era mais privilégio dos coronéis e da burguesia nacional, a abertura do mercado para as grandes empresas do mercado internacional trouxe outros sujeitos para os conflitos de disputa pela terra. As políticas de Estado de incentivos fiscais e isenções de impostos para atrair essas grandes empresas, fortaleciam o aumento da desigualdade da estrutura fundiária, que estava cada vez mais concentrada e modificava, em parte, a inserção das mulheres camponesas no mercado de trabalho, além de encarar conflitos de classe, diante dessa nova realidade socioeconômica.

Os problemas no campo e a pobreza da maior parte dos camponeses só aumentaram após a década de 1960. Nessa realidade social, a relação dos camponeses com a religião sempre foi muito próximas. As CEB's aparecem como um setor da igreja católica que contribui para a organização dos mais pobres no campo, atuando com uma perspectiva de informar os camponeses sobre os seus direitos, na luta por um mundo mais justo, sendo um espaço essencial para aglutinar trabalhadores e organizá-los em movimentos coletivos, em torno da discussão da desigualdade fundiária, dos direitos trabalhistas e de acesso à terra.

As mulheres, a princípio, participavam das CEB's com o papel organizativo (as reuniões, celebrações, cuidado dos filhos para os maridos participarem da reunião). Segundo Esmeraldo (2011, p. 123), “nesses lugares ela se defronta com ‘campos de luta’ e com ‘campos de forças’ historicamente instituídos e hegemônicos por posições de gênero masculino e com caráter produtivo e econômico”. O “campo de luta” se coloca como o espaço de disputa política da classe trabalhadora em sua totalidade, que para as mulheres se dividiam em lutar por direitos sociais no Estado e direitos democráticos nos espaços construídos pelos trabalhadores, estereotipado como espaço masculino, os espaços públicos.

⁶ Os Planos Nacionais de Reforma Agrária pode ser encontra no site do INCRA.

⁷ A formação de bandos de pistoleiros que serviam aos coronéis de terras para assassinar os camponeses nas suas lutas eram muito comuns. No decorrer de 4 anos, de 1979 a 1983, foram assassinados 269 mil famílias. Segundo A CPT de janeiro a agosto de 1985 115 trabalhadores (MAFEI, 1985).

As CEBs não foram as únicas organizações que possuíam envolvimento com os trabalhadores. No caso da organização dos sindicatos rurais, o Partido Comunista Brasileiro possuía uma grande atuação desde o período das Ligas Camponesas. Esse período é marcado pelas frentes de luta, que envolviam vários setores e organismos da classe trabalhadora (CUT, CPT, Partidos dos Trabalhadores, Oposições sindicais, etc).

Os questionamentos que a mulher do campo fazia acerca da realidade a sua volta incluía a própria percepção sobre a sua prática social e situação em relação a seus pares de classe. Fazendo parte desse campo de luta, a formação de movimentos autônomos femininos. Este foi um pontapé inicial das mulheres no sentido de se organizarem com suas pautas específicas e na sua busca pelo reconhecimento de sua diferença – o reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais, trabalhadoras do campo.

No ano de 1986, após o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora do Nordeste⁸, o primeiro de vários encontros que se sucederam entre 1986 – 1995 foram delimitados como objetivos, segundo Esmeraldo (2011, p. 123):

- a) Articular e organizar as mulheres rurais;
- b) Fortalecer sua ação no movimento sindical rural;
- c) Capacitar as mulheres para ampliar sua atuação;
- d) Construir o autoconhecimento para o domínio do corpo feminino, a partir da reflexão de suas dimensões biológicas, emocionais alternativas de sobrevivência de mulheres e suas famílias;

Esses objetivos⁹ buscam fortalecer e formar um setor da classe que ainda não é reconhecida como trabalhadora, mas sim como extensão dos maridos, pois as pautas, nos âmbitos político e econômico, procuram o reconhecimento enquanto categoria profissional da mulher do campo como trabalhadora atrelada à luta pelos direitos, como a aposentadoria e licença maternidade.

⁸Este encontro foi organizado por movimentos autônomos estaduais, o MMTR – Sertão Central/PE e o MMT/Brejo/PB.

⁹ “O direito a sindicalização da mulher rural, caminho para a conquista e reconhecimento da categoria de mulher trabalhadora rural e para direitos previdenciários, é apresentado no 4º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1985 e no Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1986 e conquistado ainda no final da década de 1980. Os direitos previdenciários não incorporados na Constituição Brasileira em 1988, e no dia 14 de julho de 1994 a Lei que regulamenta o direito a Salário Maternidade para as trabalhadoras rurais é assinada pelo então Presidente da República Itamar Franco.” (ESMERALDO, 2011, p. 126)

A necessidade desse campo de força foi fundamental para que as mulheres, nesse período, pudessem ser ouvidas e “arrancassem” seus direitos nos espaços de decisão dos movimentos, organizações e do próprio Estado. Esta é uma das bases que fundamenta a necessidade das discussões das relações de sexo/gênero nos movimentos sociais. Se nesse período tal necessidade era premente, atualmente ela persiste e se reafirma.

Organização do MST e a Pauta de Mulheres

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge nesse período de reorganização das forças políticas dos trabalhadores (movimentos, partidos, organizações, etc.) marcado por uma rica diversidade. Nesse sentido, um dos elementos da realidade é a divisão espacial do trabalho, na qual os trabalhadores do campo se definem segundo Germer (2002, p. 271) “na constituição de uma classe extremamente heterogênea entre proletariados e semi-proletariado” (agricultores autônomos com relações pré-capitalistas)¹⁰

O MST tem em sua base social predominantemente o semi-proletariado agrário, isto é entre os pequenos agricultores semi-autônomos (aqui também denominados semi-assalariados), cuja área total é menor que 20 hectares e que ou não tem terra própria ou não tem sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura de contestação ao sistema estabelecido. (GERMER, 2002, p. 276)

A respeito da formação do campo de força das mulheres na luta do campo, o espaço das CEBs foi um sujeito social importantíssimo para a luta específica pela Reforma Agrária a partir de reivindicações de um Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. “As CEBs tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização a cerca da realidade dos participantes” (FERNANDES, 1999, p. 72).

¹⁰O autor Claus Germer traz uma caracterização sobre a fração de classe, que esclarece as formações sociais que compõem as bases políticas que constituem o movimento, explicando assim o que é o semi-proletariado rural “na realidade de produtores semi-autônomos, pois a precariedade da terra e demais recursos produtivos que eventualmente possui, obriga-os a recorrer ao trabalho assalariado, fora do seu pequeno estabelecimento, a fim de complementar a manutenção familiar. Assim mais da metade deles não é proprietária da terra que trabalha submetendo-se ao pagamento da renda da terra em diversas formas, renda esta que se caracteriza, não em aluguel ou renda capitalista, mas um excedente do produto do trabalhador, que ele transfere ao proprietário da terra” (2002, p. 271)

Essa proximidade com a igreja leva ao movimento um envolvimento religioso muito forte de princípio. Vale salientar que este braço da Igreja Católica, ligado à teologia da libertação, que auxiliava na organização dos trabalhadores, se colocava frente a uma contradição interna, as atuações políticas dos grupos religiosos que a formam. Na Igreja Católica “existem diferentes comportamentos religiosos e políticos, influenciados pela forma como seus membros se ligam às várias classes sociais” (QUEIROZ, 2010, p. 119 apud DELGADO; PASSOS, 2003 p. 98).

Uma das cartilhas cujo título é “A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira”, lançada no ano de 1996, faz uma análise sobre a relação com a Igreja, afirmando que “de certa forma este ainda era um movimento pastoral e do movimento sindical. Os militantes se dividiam entre os trabalhos sociais e assessorias entre o trabalho pastoral e os ‘Sem-Terra’” (MST, 1996, p. 10).

Outra instituição que veio a ter grande peso sobre esses trabalhadores foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir dos sindicatos rurais, e do Partido dos Trabalhadores que, nesse caso, era uma organização presente na construção da maioria desses espaços de luta anteriormente citados (CUT, Igreja católica, movimentos populares).

“A constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que se estabeleceu como entidade autônoma em 1985, mas que teve origem do mesmo processo de politização de bases da qual nasceu o braço rural da CUT” (GERMER, 2002, p. 276), ou seja, isso significa dizer que dentro da grande heterogeneidade de trabalhadores que compunham o movimento no campo, a parcela de trabalhadores que mais se aproximava da base social da CUT no campo era os pequenos agricultores e os semi-assalariados. Essa congregação ocorre da necessidade dos sujeitos políticos tomarem para si a causa da reforma agrária como pauta principal e forjarem novas formas de adquirir a terra de trabalho diferente da luta no sindicato.

Ao analisarmos o processo de formação da base político-ideológico e cultural do MST, notamos certa pluralidade de pensamentos. Todas essas relações formam valores. Todo esse processo é vivido por sujeitos, porém suas experiências se diferem.

Entender a composição social dos sujeitos que formam o movimento se faz necessário para conhecer em quais tipos de relações de exploração estes sujeitos estão submetidos. Não podemos equiparar a experiência de um trabalhador rural que possui uma pequena quantidade de terra com a daquele que possui apenas sua mão de obra para

vender. Não se pode homogeneizar num discurso em que todos são explorados pelo capital da mesma forma, pois essas duas frações possuem necessidades distintas na esfera economicista, porém, na esfera política, há uma convergência de demandas enquanto partes de uma mesma classe social.

A partir de uma série de experiências de ocupações de terra, de lutas cotidianas em diversas localidades no Brasil ao mesmo tempo, surge a necessidade de articular esses movimentos e experiências. Organiza-se em 1984, o 1º Encontro Nacional, no qual é fundado o MST. Segundo FERNANDES (1999, pag. 79), os objetivos gerais elaborados foram:

1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
4. Organizar os trabalhadores rurais na base;
5. Estimular a participação dos trabalhadores no sindicato e no partido político;
6. Dedicar-se a formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina;

Essa pauta de objetivos é resultante de uma série de análises da realidade material e das necessidades da classe e, pode-se observar que esta coloca as questões no âmbito político/econômico, de maneira a tratar o movimento como força social e um sujeito social histórico.

Em 1995, 10 anos após o seu primeiro encontro nacional de fundação, temos o 3º Encontro Nacional do MST, trazendo uma nova elaboração quanto a seus objetivos gerais. Segundo FERNANDES (1999, p. 81):

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda sociedade;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terra, da renda e de riquezas;
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;

5. Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher;

Notamos que, em 10 anos, modificaram-se e acrescentaram-se objetivos. Essas mudanças partem das diferenças existentes dentro da classe trabalhadora. Nesse sentido, o que fez a pauta de igualdade de mulheres entrarem como parte dos objetivos gerais dessa organização? Cabe aqui entender este contexto da inclusão e a necessidade de pautar a questão da mulher e, para, além disso, analisar quais as práticas sociais enquanto classe para atingir tais objetivos.

Nenhuma metade a menos: política do MST para as mulheres

O MST possui como principal pauta histórica a luta pela reforma agrária. Esse objetivo coloca como luta diária a disputa por território materializada em suas ocupações e assentamentos e, em uma disputa ideológica, um modelo de produção agrícola fundamentado na produção coletiva na qual haja terra de trabalho para os camponeses e a utilização dos bens naturais de maneira a conservá-los para gerações futuras.

No entanto, é importante observar que o movimento não se restringe à sua organização fechada e exclusiva. O MST possui em sua estratégia, como já observamos, uma unidade com outros movimentos que busca uma troca de experiências e de fortalecimento da classe trabalhadora. Dentre os movimentos, o movimento de mulheres¹¹ se fortalece com uma frente presente e decisiva nos espaços de disputa política e econômica da classe trabalhadora.

A organização do feminismo no Brasil se dá no início do século XX, com variações quanto às organizações, pautas e políticas dentro dos movimentos, partidos e sindicatos, fato este que faz com que algumas estudiosas do assunto definam três vertentes do feminismo a partir de suas fundamentações políticas e de sua composição de classe¹².

¹¹Existe um debate acerca do termo utilizado sobre a organização de mulheres em movimentos. A diferença entre Movimento Feminista e Movimento de mulheres. A autora Elisabeth Souza-Lobo, discute a complexidade de se explicar a diferença. Movimento de mulheres seriam os movimentos populares de caráter reivindicatório de pautas socioeconômicas e os feministas questões socioculturais. Para maior aprofundamento sobre a temática ler o livro “A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência” da autora Elisabeth Souza-lobo (2011).

¹²“A primeira, considerada a mais forte e organizada [...] foi composta por mulheres cultas e da elite brasileira, [...]. Com uma forte perspectiva liberal essa tendência não associava, tampouco confrontava, a

É de se notar que, nos movimentos e organizações históricos do campesinato brasileiro, tiveram mulheres presentes. É inegável o papel histórico de Elizabeth Teixeira nas Ligas Camponesas e Margarida Alves no Sindicato de Alagoa Grande, ambas no estado da Paraíba.

O surgimento da pauta de mulheres não é duvidar que houvesse a participação feminina, mas o desafio está em reconhecer a situação diferenciada enquanto mulheres e trabalhadoras que, a partir de uma sociedade patriarcal, naturaliza relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Uma sociedade que não as reconhecem como sujeitas sociais ativas e trabalhadoras.

Vejamos o testemunho de Helena de Paula, viúva e sem-terra da Fazenda Anoni/Paraná, no ano de 1985 no 1º Congresso Nacional do MST:

Tenho 46 anos e trabalho de empreitada prá dar de comer a meus filhos. No congresso dos Sem Terra encontrei com outras companheiras que perderam o marido na luta e perguntei como é que elas vivem, porque perdi meu marido há dois anos e até agora não consegui receber pensão. Então quero saber como é que faço.

Planto arroz, feijão, mandioca, batata-doce e milho. Quando não é tempo de colher não dá pra dar um calçado, vestir e dar de comer a meus filhos. Tem que dar um jeito, de executar, de acabar com estes assassinos, porque senão sempre vão fazendo pior [...] João de Paula sempre dizia que tinha que participar na luta pela ocupação da terra, porque se os Sem Terra não se organizassem, a terra ia ficar sempre nas mãos dos grandes. E por isso eu continuo a luta dele (MAFEL, 1985, p. 87-68)

O relato demonstra nos espaços políticos do movimento se tinha uma participação ativa dessas mulheres, desde o princípio, como vimos no 1º Congresso Nacional da organização. O relato destas mulheres atesta a sua participação, porém as suas pautas ainda não são compreendidas como objetivos centrais das lutas. A partir deste congresso inicia-se uma grande luta das mulheres para ter vez e voz dentro das suas organizações de classe.

Desde então, as suas pautas por direitos foram levadas à frente. Um fator importante é que essas pautas por direitos não se restringiam às trabalhadoras do campo,

desigualdade da mulher em relação aos privilegio dos homens. [...] “A segunda vertente foi denominada ‘feminismo difuso’, expressa nas variadas manifestações da imprensa feminista alternativa. Composta por mulheres cultas ‘com vidas públicas excepcionais’ [...] Defendiam o direito à educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público. [...] A terceira vertente se manifestou no movimento anarquista e, em seguida, no Partido Comunista, composto por mulheres intelectuais e trabalhadoras, militantes de esquerda que defendiam a libertação da mulher de forma radical [...] tendo como central, na maioria das vezes, a exploração do trabalho” (CISNE, 2014, pag. 132 – 134).

havendo uma interação entre o movimento popular no campo e a diversidade dos movimentos urbanos. Essa proximidade de pautas não é o mesmo que amadurecimento das discussões acerca do feminismo no movimento no campo. Porém na luta histórica pela democracia e direitos trabalhistas para as mulheres trabalhadoras (Seguro-Desemprego, licença-maternidade, a luta por aposentadoria) moveram muitas organizações de esquerda e as unificaram.

Com isso, a presença da força das mulheres na aquisição de direitos é incontestável. No 1º Congresso Nacional de mulheres do MST, formou-se uma Comissão Nacional de Mulheres do MST que, no ano de 1986, em uma frente com outros movimentos de mulheres, obtiveram do Estado a “sua primeira grande vitória: o reconhecimento como profissional agricultora”.

No ano de 1986, o Jornal dos Trabalhadores Sem Terra lança uma matéria intitulada: “Mulher: Profissão Agricultora”. Essa matéria mostra um dos primeiros grandes ganhos das mulheres de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul sobre serem reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais, em 1986 e, posteriormente, no ano 1987, expandido para todo o Brasil.

Profissão: **agricultora**. É assim que vai constar nos títulos eleitorais de mais de 40 mil trabalhadoras do Oeste catarinense e da região do alto Uruguai gaúcho. Como o governo determinou que todo mundo tirasse título de leitor novo, as trabalhadoras rurais foram até os juízes eleitorais de suas cidades e exigiram: “do lar, não. Somos todas agricultoras”. Essa primeira conquista foi no mês de abril. [...] Ainda em abril, estas mulheres estiveram em Brasília para uma audiência com o ministro da Previdência Social, Rafael de Almeida Magalhães. Mais de 80 ocuparam a sala do ministro exigindo aposentadoria aos 45 anos, com salário integral, e direito aos demais benefícios da previdência.

Atualmente, a mulher agricultora não tem direito à aposentadoria. (Jornal do MST, 1986, p. 18)

Percebe-se que a inserção da mulher, nos espaços políticos fortalece uma análise geográfica a partir do movimento de sujeitos sociais que modificam o ordenamento do espaço. O trânsito das mulheres de casa para o trabalho ou para a assembleia de trabalhadores, pensando e fazendo política, quebra a homogeneidade do espaço, abrindo a possibilidade de produção de novos lugares com novos rostos e perspectivas diferentes da luta. Apreendendo na análise geográfica a relação entre os sujeitos e as práticas sociais na produção do espaço geográfico.

Nessa perspectiva o diálogo sobre as necessidades da classe trabalhadora possui distintas visões, de acordo com as experiências dos sujeitos. Dentro das frações de

classe expostas anteriormente, há uma experiência igual da exploração e da organização dos mesmos entre homens e mulheres? Segundo Franco (2004, p. 35):

O gênero condiciona a maneira como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados. Neste sentido, um dos elementos fundamentais das relações de gênero é a maneira como se concretizam as relações de poder numa determinada formação social através da opressão (exploração, discriminação, marginalização, violência) e do privilégio (o poder sobre os outros)

A partir dessas inter-relações, insere-se o gênero como categoria analítica do assentamento, do qual é resultado de uma luta específica no antagonismo de classes.

Nos processos de espacialização do movimento, a pauta de mulheres emerge com muita força a partir das dificuldades da inserção das mulheres nos espaços de decisão que são homogeneizados na figura do homem. Porém:

Durante a realização do 1º Congresso Nacional do MST as mulheres reivindicam a participação de 30% no quadro de delegados, realizam a 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra e elaboram um documento de reivindicações específicas das mulheres que inclui a sua presença na executiva nacional e a criação de uma instância para representar os interesses da mulher sem-terra (ESMERALDO, 2011, p. 129).

Em 1996 o MST lança uma cartilha intitulada “A questão da mulher no MST”, que elenca os principais problemas encontrados por mulheres na inserção em acampamentos e assentamentos do MST, os desafios e as políticas para se chegar à resolução dessa problemática. “Nos assentamentos e acampamentos, se reproduz os mesmos problemas da sociedade. As mulheres enfrentam os mesmos problemas se não estivessem no acampamento, como discriminação, dupla moral, falta de estrutura para possibilitar a participação, etc.” (MST, 1996, p.3)

Os apontamentos elencados pelo movimento, sobre os problemas enfrentados pelas mulheres, nos trazem algumas reflexões. No processo de espacialização (os espaços construídos nos acampamentos e assentamentos) e territorialização (disputa territorial entre os modelos produtivos do campo, como afirma José de Souza Martins, a Terra de trabalho *versus* Terra de negócio), temos compreensões distintas sobre a divisão sexual do trabalho no acampamento e no assentamento.

A experiência do acampamento e a situação de pobreza daquelas pessoas, só foram possíveis ter uma superação com a organização da luta coletiva de dividir o que já

era pouco. As condições materiais levaram a quebra parcial dos modelos formais de família. Vejamos a passagem abaixo:

Durante a fase de acampamento as famílias residem em barracos. A precariedade das suas condições limita o desenvolvimento da vida familiar no seu interior. Esta limitação repercute ampliando o tempo e espaço de convívio coletivo, propiciando as relações comunitárias por cima das familiares. Mas a precariedade do barraco também estabelece uma divisão de funções no seu interior diferenciada a respeito da tradicional divisão de gêneros 'naturalizada' na esfera familiar. Queremos dizer com isto que o barraco não é percebido como um 'feudo feminino', algo presente, por exemplo, na noção de esfera doméstica nos lotes do assentamento (FRANCO, 2004, p. 72)

Ou seja, ela parte das diferenças entre as relações sociais de gênero que se modificam, a partir de formas organizativas diferentes, que reafirmam experiências distintas entre homens e mulheres nos espaços de luta do movimento.

Dos documentos produzidos pelo movimento,¹³ temos três pontos importantes abordados pelo Coletivo Nacional de Mulheres¹⁴.

O primeiro ponto é o reconhecimento do MST de que os problemas do machismo interferem diretamente na inserção das mulheres nos espaços de luta. Devido ao não reconhecimento de suas atividades produtivas como trabalho, as mulheres lutam, mas não possuem representatividade. Ou seja, estes problemas atuam na organização desses trabalhadores e, além disso, fragilizam a organização de um novo modelo de relações proposto pelo movimento.

O segundo ponto trata-se da construção de políticas internas de combate ao machismo a partir da formação, problematizando o papel da mulher no ambiente doméstico (esfera privada) na busca pela mudança de atitudes, pensamentos e modo de vida.

Entre as pessoas que vivem no campo, as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho. Não participa das decisões da economia familiar. São as mulheres que mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos. Acrescido a isso encontra-se uma condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior. (MST, 1996, p.6)

¹³Ver a cartilha A questão da mulher no MST, 1996.

¹⁴ O Coletivo Nacional de Mulheres surgiu no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra com o intuito de "cavar" o espaço político das mulheres, além de pensar políticas específicas de mulheres e formas, estratégias, de formação e inclusão das mulheres em todos os espaços organizativos do movimento.

Essa realidade de condição desigual em relação aos homens e de maior discriminação sofrida pelas mulheres trouxe e traz aos movimentos a reflexão de como construir maneiras que incorporem as mulheres aos espaços de decisões, assembleias, direção do movimento, congressos, núcleos de base, brigadas, etc.

Com isso, o terceiro ponto são os meios que os organismos de base usam para incorporar políticas de estímulo para a participação de mulheres. Temos nas escalas nacionais, regionais e locais, a formação de comissões de mulheres em todos os espaços (acampamentos, assentamentos e nos espaços de decisões políticas – encontros, congressos), visando a concretude dos objetivos. O movimento possui modelo organizativo que busca garantir a incorporação permanente das mulheres. Segundo FRANCO (2004, p. 167 – 168):

- a) Garantir cirandas infantis nos cursos, eventos e reuniões das instâncias nacionais, estaduais, regionais e locais; cirandas permanentes nos acampamentos e assentamentos para que o filho não seja impedimento da participação das mulheres e mães em atividades de formação e no trabalho coletivo.
- b) Ter 50% de homens e mulheres em atividades de formação e capacitação.
- c) Assegurar que a terra e os créditos conquistados pelo MST saiam no nome do casal.
- d) Assegurar que os projetos de investimentos, as definições das linhas de produção, enfim, as decisões econômicas sejam tomadas com a participação da família.
- e) Garantir um coordenador e uma coordenadora nos núcleos de base.
- f) Realizar formação intensiva sobre o tema Gênero em todos os setores e instâncias.

Sendo assim, a análise do gênero traz parte das relações sociais que colocam diferenças e desigualdades entre homens e mulheres mediados por uma relação de poder em que o homem, enquanto construção social do sexo masculino se coloca como dominador em diversas esferas em relação à mulher, a partir de uma estrutura social pautada no patriarcado, que determina socialmente os lugares das mulheres e os lugares dos homens.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos políticos e ideológicos, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, pag. 50, 1987)

A citação afirma um ponto muito importante na discussão de gênero: o caráter de classe das opressões. Ou seja, o machismo se manifesta numa dupla face: na esfera do lugar (na escala do local), na organização do assentamento entre os sujeitos, homens e

mulheres, onde os postos de decisão são ocupados majoritariamente por homens e as mulheres não participam por ter que cuidar dos filhos, além de sua voz nas assembleias não possuírem grande credibilidade. No espaço (na escala da totalidade da estrutura) se manifesta objetivamente utilizando das diferenças para fomentar a desigualdade, onde busca organizar a sociedade hierarquicamente. De modo que as mulheres não possuem direitos sociais iguais aos homens e o não reconhecimento do desenvolvimento do trabalho domiciliar, por não ter remuneração ou a menor remuneração do mesmo trabalho desenvolvido. A casa é tida como um "naturalmente" ambiente feminino, onde retira da sociedade e do Estado a responsabilidade educacional e do cuidado e bem-estar, transferindo para os "ombros" das mulheres os cuidados familiares.

A partir dessa realidade é que o movimento social constrói as suas formas de atuação. Essas políticas organizativas que o movimento incorpora às atividades cotidianas em seu processo de territorialização na organização produtiva da terra e na sua (re)construção espacial de relações sociais traz a incorporação da mulher em um lugar estranhado, os espaços de decisões e o reconhecimento de suas tarefas como trabalho.

Referência Bibliográfica

ARRUZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**, Revista Outubro, Ed. 23, 2015. Disponível em:<<http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/>>. Acesso em: 04 abr. de 2017.

Boito Jr, Armando (org). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite, **Mulher rural no Brasil: Estratégias para o reconhecimento de ofícios e ação política**, Revista Latinoamericana, PACARINA, Ed. 2, 2011.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo, Ed. Cortes, 2013.

FRANCO, María Garcia. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GERMER, Claus; STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

HARVEY, David. **Espaço da Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MST. **Terra não se ganha, terra se conquista**. Cartilha nº 9, 1986.

_____. **A questão da mulher no MST**. Cartilha, 1996.

_____. **Reforma agrária e a sociedade brasileira**. Cartilha, 1996.

MAFEI, Maristela. **Sangue na terra: a luta das mulheres**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o cariri à época da usurpação militarista 1964-1985**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2010 apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. **Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970) in: o Brasil republicano - o tempo da ditadura**, Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – Geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área da Ribeirão Preto-SP. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, nº 12, p. 7 – 28, São Paulo, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher e as contradições do capitalismo agrário**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

SILVA, Marlene Maria da. **A linha da subordinação: Trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

THOMPSON, E.P. **Miséria da teoria: ou um planetário de erros**. São Paulo: Zahar, 2009.